

Resenha do livro: SILVA, Gilvan Ventura; NETO, Belchior Monteiro Lima. **Identidade e Fronteiras Religiosas no Alto Império Romano**. Vitória: NPIH, 2011. - (Coleção Rumos da História)

João Pedro Basso ¹

A obra é uma conjunção de publicações mantida pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFES com o intuito de divulgar a produção científica a respeito do tema identidades e fronteiras religiosas no Alto Império Romano. O livro é dividido em cinco capítulos (textos oriundos de projetos de pesquisa), sendo aqui apresentado os três primeiros por se tratarem de recortes geográficos mais díspares entre si, confrontando-se a uma ideia de homogeneidade nos territórios do Império Romano.

“O cristianismo para além das fronteiras da palestina: a atuação de Paulo como “apóstolo dos gentios”, em Corinto”, da autora Simone Rezende Mendes, trata do surgimento do cristianismo a partir de uma interpretação da tradição judaica, por isso, nesta primeira fase deve ser entendido como uma ramificação do judaísmo. Nos interessa tratar aqui a concepção cristã de Paulo.

Paulo é retratado pelas fontes unilaterais cristãs como grande propagador do cristianismo pelas fronteiras da Palestina, tanto do ponto de vista geográfico como do ponto de vista étnico, por inaugurar a pregação aos pagãos ou gentios. Portanto, a pergunta que se faz é: como se deu, de fato, a implantação do cristianismo paulino em alguns pequenos centros ao redor do Mediterrâneo, caracterizados por um ambiente étnico e religioso tão diversificado?

A princípio, é preciso definir quem foi Paulo. Judeu, nascido na cidade de Tarso, na Cilícia, provavelmente nos primeiros anos do século I. Seu nome hebraico era Saul e recebeu o cognome “Paulo” de seu pai, um cidadão romano. Tarso era uma cidade caracterizada por sua filosofia. Na adolescência, Paulo foi para Jerusalém na

¹ Graduando em História pela Universidade do Sagrado Coração, Bauru – São Paulo. Resenha realizada para a disciplina de História Antiga II, sob a orientação da Prof^a Dr^a Lourdes Conde Feitosa.

esperança de se tornar um rabino fariseu. Severo observante da lei mosaica tornou-se um implacável perseguidor da seita cristã. Em uma missão anticristã oficial, a caminho de Damasco, Paulo teve uma visão de Cristo que o deixou cego, sendo curado apenas quando o profeta Ananias lhe impôs a mão, orando e consagrando-o como um cristão. Posteriormente, Paulo se encontrou com os discípulos e empreendeu uma série de viagens missionárias. Enfrentou a animosidade de judeus e de setores pagãos por pregar um cristianismo desapegado das observâncias rituais judaicas. Paulo teria chegado a Corinto por volta do ano 51 e lá ministrado por dezoito meses, antes de sua partida para Éfeso. Durante sua estada em Éfeso, Paulo manteve relações por meio de cartas com as igrejas que fundara na Acácia, inclusive a de Corinto.

As únicas fontes disponíveis sobre a missão cristã em Corinto são as epístolas de Paulo endereçadas àquela comunidade. As cartas funcionavam como meio de influência dos apóstolos sobre as igrejas que implantavam durante a ausência destes e as correspondências se tornaram instrumentos usados intencionalmente para exercer autoridade dentro das *ekklésias*.

Os conflitos são de natureza diversa, mas, em sua maioria, estão ligados a problemas sobre “autoridade”. As palavras “autoridade” e “poder” aparecem por inúmeras vezes nas cartas. Para entendermos os conflitos que motivaram as cartas de Paulo com teor tão moralista e disciplinar, é necessário traçarmos um quadro do ambiente social da Corinto romana do primeiro século.

É provável que a cidade tenha sido colonizada por 12.000 a 16.000 colonos – alguns detinham a cidadania romana, outros não. A diversidade étnica e cultural da cidade pode auxiliar na identificação da composição social dos membros e no porquê de seus conflitos internos. O fraco policiamento das associações religiosas privadas deu liberdade aos indivíduos definirem suas próprias identidades religiosas. Devido a isso, provavelmente, os cristãos de Corinto se sentiam tão à vontade em frequentar as *ekklésias* e, ao mesmo tempo, os jantares pagãos. Isso explica o quão diversificada era a comunidade cristã de Corinto, e nos ajuda a compreender os diferentes estratos sociais e níveis de compromisso e de fidelidade. Somado à desobrigação das observâncias da Lei judaica, os novos convertidos de Corinto se identificaram, em certa medida, com a igreja local.

A falta de conflitos entre a Igreja de Corinto e as autoridades responsáveis por fiscalizar as associações religiosas privadas pode ter resultado na fraca identidade grupal cristã, como afirma Mendes.

É importante salientar que a comunidade cristã coríntia agregava convertidos de origem judaica, grega e muito provavelmente romana. Segundo relato de Paulo, na primeira carta, a igreja estava dividida em facções e outros pregadores de concepções diferentes das de Paulo ingressaram na comunidade, reforçando as divisões internas. Ainda segundo esta carta, as figuras que incitam a oposição à autoridade de Paulo eram judeus e gregos. Assim, percebe-se que a igreja dos gentios não foi moldada inteiramente à imagem do apóstolo, mas que houve outras interpretações do cristianismo distintas da visão de Paulo.

De fato, o cristianismo, ainda na categoria de seita judaica, surgiu atrelado a um intenso processo de mudanças sociais. Uma das principais preocupações de Paulo era o modo como os pagãos convertidos levariam suas vidas até a vinda de Cristo. Para Paulo, era fundamental diferir dos pagãos e na busca deste ideal acabou reforçando um estereótipo para o cristão de Corinto. Prescreveu, em seus discursos, os limites comportamentais de seus prosélitos.

Assim, fica claro o papel de Paulo como interventor na comunidade de Corinto, e como esse papel lhe era muitas vezes questionado por membros da *ekklésia*. A intenção da autora, então, foi de apresentar como Paulo era visto em seu tempo e no ambiente social no qual estava inserido, que representava bem as diversidades étnicas, religiosas, sociais e culturais das províncias do Império Romano.

No capítulo “Civitates e *hinterland* no norte da África romano: o testemunho de Apuleio nas *Metamorphoses*”, Belchior Monteiro Lima Neto apresenta como recorte espacial o norte da África, onde temos dois ambientes distintos: o de diversas cidades enriquecidas pelo comércio de cereais, vinho e azeite e o de uma área ao redor ocupada por variadas tribos autóctones seminômades expulsas pelos conquistadores para desertos, estepes e montanhas a fim de escapar do domínio romano.

Pode-se, então, fazer conjecturas fundamentais a partir dessas constatações. A primeira é a relação entre essas regiões ao jugo romano e a proliferação dos bandos de salteadores descritos nas *Metamorphoses* de Apuleio. A outra é a validade da *Pax romana* e da onipotência do Estado Romano no interior dos limites imperial.

A dominação romana no norte da África remonta do findar da Terceira Guerra Púnica (146 a.C.) e acredita-se que essa região era de grande instabilidade. Enrique Gonzalves Gravioto observa uma realidade de distúrbios entre uma população romana, ou romanizada, e as diversas tribos seminômades que habitavam o interior da província.

As regiões conquistadas pelos romanos no norte da África se fixaram como uma faixa – com exceções de Egito e Cirenaica- entre litoral do Mediterrâneo e o deserto do Saara. Tal fronteira, porém, não era uma separação absoluta do mundo romanizado e do “bárbaro”, tendo muito contato entre as duas culturas na região.

O domínio romano na região se baseava, como nas outras regiões, num bem consolidado relacionamento entre o governo central, com sede em Roma, e as diversas elites cidadinas locais. Essa característica explica a importância das *civitates* no interior do Império Romano.

As *civitates* (cidades) do norte da África eram compostas, a grosso modo, de origens e tempos diversos. A maioria era de porte médio ou pequeno e possuía uma população bastante reduzida, que não ultrapassava os 20 mil habitantes. Essas cidades eram interligadas por uma rede de estradas que cortava o norte da África que tinha propósitos militares bastante claros, possibilitando a locomoção rápida do exército e a ligação entre os postos militares espalhados pela região.

As *civitates*, apesar de traduzido por cidades, também agrupava uma comunidade rural. Nos centros urbanos vivia a elite que podia sobreviver longe de um solo cultivável e usufruir de todas as comodidades cidadinas, como teatros, anfiteatros, bibliotecas e termas. Durante as conquistas romanas, os habitantes da região viviam do cultivo ou do trabalho nas médias e grandes propriedades da aristocracia local.

A expansão romana no norte da África, portanto, beneficiou a elite já existente ou criada pelo sistema e privou ainda mais as populações seminômades que viviam do pastoreio. Podemos observar, então, a dicotomia entre ilhas romanizadas rodeadas por vastos territórios habitados por diversas tribos seminômades. Fora das cidades, existia um mundo que não era controlado pelo Império. Todo esse território não gerenciado forma o que Lima Neto chamar de *Hinterland* norte-africana.

Na leitura das *Metamorphoses* de Apuleio – fonte primária dessa pesquisa – podemos observar a descrição de bandidos errantes habitando uma *hinterland* hostil. Estes bandidos são representados na obra como indivíduos à margem das *civitates*, perigosos à ordem pública e às cidades. Em uma das passagens são relatadas as ações deste grupo de forma inesperada, aterrorizante e completamente avessas ao domínio e ordem imperial.

O autor conclui que as conjecturas acerca da *hinterland* no norte da África nos levam a uma reavaliação do período de Pax

romana e, ainda, do espaço geográfico subjugado à dominação de Roma. A historiografia tradicional vai de encontro com os estudos aqui expostos, sobre a *hinterland* norte-africana ser um lugar avesso ao domínio romano e potencialmente berço de constantes instabilidades. Podemos, então, pensar em um conflito entre as diversas cidades e uma vasta e, em grande parte, hostil *hinterland*.

No último capítulo aqui analisado “**A romanização e a absorção dos cultos orientais no principado: expandindo as fronteiras do paganismo**”, Hariadne da Penha Soares observa, a partir do século II a.C., uma síntese entre os aspectos culturais orientais e romanos, momento de penetração do helenismo de modo evidente em Roma. Isso acarretou aos cidadãos romanos uma diversidade cultural e religiosa muito intensa. Deuses orientais, com séquitos coloridos e promessas de superação da morte adentravam a península itálica. Toda essa diversidade criou focos de intolerância e discriminação religiosa entre os pagãos da época.

O alargamento das fronteiras imperiais difundiu a cultura de Roma por todo o mundo mediterrâneo. Cada comunidade que entrou em contato com esses padrões culturais os interpretou, modificou e ressignificou de acordo com seus interesses. O Império Romano era unificado politicamente, mas em termos econômicos e culturais era bem diversificado.

Os nativos tiveram importância nessa hibridização das culturas romanas e locais, construindo um conjunto de valores e práticas culturais compartilhadas, que interagiu com a missão romana de difusora da civilização. A autora lembra que quando Roma civiliza, ela também heleniza.

A religião romana era associada à política, tornando-se estatal, ambígua e integradora e estratégica quanto à romanização. Em origem, a religião romana fora uma série de cultos urbanos e demonstrações públicas de respeito e gratidão em relação aos deuses domésticos da cidade-Estado. A ênfase estava não nos deuses, mas nos rituais e em suas execuções. Devido a essa ritualização da religião romana, ela teria se tornada fria e prosaica. Porém, a religião romana não designava um elo sentimental entre o homem e a divindade, mas um conjunto de regras formais e objetivas, observadas para que tivessem eficácia e fossem benéficas para a comunidade. Era, portanto, ligada à comunidade e não ao indivíduo.

Com o avanço das conquistas romanas e a chegada de inúmeros devotos, trazendo consigo seus deuses estrangeiros, a religião de Roma viu as cerimônias pagãs que se realizavam independentes de

cultos públicos. As religiões orientais se apresentavam como religiões universais e de salvação. Os cultos estavam abertos a todos e qualquer um podia ocupar um cargo na hierarquia sacerdotal.

As religiões orientais, entretanto, não foram aceitas prontamente, sendo que manifestações mágico-religiosas à margem da religião oficial aconteceram. O contraste entre o formalismo da religião romana e os cultos orientais era evidente. Identificam-se, então, ações em defesa da tradição, o *mos maiorum*.

Todavia, observamos episódios de sincretismo e conversões em Roma e nas províncias próximas. Crescia, assim, o discurso de tolerância, principalmente entre a elite pagã. A devoção aos deuses orientais começa a se difundir, principalmente no governo de Nero, até a época pré-cristã, no qual as divindades estrangeiras aparecem como formas, correntes ou opções variáveis dentro do mesmo conjunto da religião antiga.

Fica claro, portanto, os conflitos religiosos na sociedade pagã nos últimos séculos anteriores a Cristo. O fato de os mais diversos cultos orientais conviverem no Alto-Império, sem que o Estado adotasse uma repressão eficaz, não implica em uma coexistência pacífica. As distinções ocorriam no interior da comunidade cívica, quando se tentava afirmar a superioridade de uma divindade, acabava-se por produzir a depreciação da outra.

Como considerações gerais sobre esta obra pode-se destacar que muitas reflexões normalmente feitas a respeito do Império Romano não consideram a diversidade cultural atuante dentro dos limites de Roma. Não é o caso deste livro. A divisão entre temas, a linguagem acessível – mesmo tratando-se de dissertações acadêmicas – e as inúmeras referências incluem o leitor na discussão crítica a respeito de uniformidade, controle, ordem e os mais diversos termos empregados pela historiografia tradicional para descrever o mundo do Alto Império Romano.

Apesar do título, o livro não se detém a uma descrição das religiões presentes no império, mas em como elas estavam atreladas às formas de poder e dominação econômica, social e cultural. Leitura que permite ao leitor, leigo e/ou estudioso do tema, uma percepção clara das relações complexas que se estabeleciam no âmbito religioso do Alto Império Romano.